

Durante a ditadura (1964-1985), os povos indígenas sofreram intensas violações: perda de territórios, apagamento cultural e violência institucionalizada. Mas também se organizaram em defesa de seus direitos, deixando marcas profundas na história.

Os indígenas eram considerados incapazes até que abandonassem sua cultura para se tornarem cidadãos brasileiros” (Lei 6.001/1973).

A FUNAI e o Estatuto do Índio

Em 1967, o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) foi extinto após denúncias do Relatório Figueiredo, que revelou crimes como grilagem, assassinatos e escravidão de indígenas. No lugar, nasceu a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), criada para assumir a política indigenista.

Em 1973, foi aprovado o Estatuto do Índio, que trazia a promessa de proteger as comunidades, mas tinha como objetivo final a integração forçada dos povos indígenas à sociedade nacional.

A GRIN – Guarda Rural Indígena

Criada em 1969, a GRIN transformou indígenas em força paramilitar. Sob o pretexto de “manter a ordem”, muitos foram treinados para reprimir suas próprias comunidades, fortalecendo o controle militar sobre os territórios indígenas.

Megaprojetos e destruição Programa de Integração Nacional (PIN) e a rodovia Transamazônica

O governo lançou o Programa de Integração Nacional e a rodovia Transamazônica. A obra resultou em:

Deslocamento forçado de comunidade. Transmissão de doenças que mataram milhares. Violência contra povos que resistiam.

Segundo a Comissão Nacional da Verdade (2014), mais de 8 mil indígenas morreram entre 1946 e 1985 por ações diretas ou omissões do Estado

Resistência e luta

Nos anos 1970 e 1980, povos indígenas se uniram a outros movimentos sociais pela redemocratização. Essa mobilização resultou em conquistas históricas:

- Constituição de 1988: reconhecimento do direito às terras tradicionais e respeito à diversidade cultural.
- Surgimento de lideranças indígenas de projeção nacional, como Ailton Krenak.

E hoje?

O Estatuto do Índio de 1973 ainda está em vigor, mas um novo Estatuto dos Povos Indígenas está em debate, buscando substituir a visão tutelar e reconhecer plenamente os povos como sujeitos de direitos. Quem define o que são os povos indígenas são os próprios povos” – Fernanda Kaingang, 2023.